

GÊNERO E SEXUALIDADE: um estudo de caso em uma escola pública de Educação Infantil de Rio Verde -GO

Ana Luiza Silva Pureza

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: analus.pureza@gmail.com)

Luanna Souza Silva

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: luannasilvasouza@outlook.com)

Maria Luiza Silva Pureza

Acadêmica do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: marialus.pureza@gmail.com)

Fabiana Kalil Borges

Orientador(a) do curso de Pedagogia da Faculdade Almeida Rodrigues (e-mail: fabianakborges@gmail.com)

RESUMO

A presente pesquisa tem como objetivo refletir sobre a falta do trabalho com a Educação Sexual nos currículos da Educação Infantil que se estende para todos os segmentos da educação. Procuramos saber como é a formação continuada dos profissionais e a sua aplicação em trabalhos dentro da sala de aula, quais as influências que os aparelhos ideológicos e opressores exercem na não inserção, uma vez que os currículos possibilitam uma abertura para o diálogo. A proposta de pesquisa busca evidenciar que quando temáticas como gênero, sexualidade, diversidade e educação sexual são trabalhadas desde os anos iniciais, levam os alunos a conseguirem identificar abusos no ambiente intrafamiliar e extrafamiliar, conheçam seus corpos, atos higiênicos diários e adquirem maior autonomia. Para a reflexão da prática pedagógica realizamos uma pesquisa campo com docentes da Educação Infantil, P1, P2 e P3, em uma escola municipal de Rio Verde- GO, em que buscamos entender os desafios que cercam o trabalho em sala. O objetivo da escolha do tema originou-se devido à percepção de que a temática não está presente em nenhuma etapa da educação básica. A Educação Infantil é uma faixa etária que a aprendizagem é constante, então dessa forma seria de suma importância o trabalho desde o começo. O procedimento metodológico trata-se de uma pesquisa campo que se justifica quando as respostas para as perguntas são entregues, uma vez que procuramos analisar e interpretar as mesmas, buscamos embasamento teórico em livros, artigos, teses. Para essa discussão pautamos em autores como: Costa (2018), Candau (2011), Prado (2016), e Magalhães (2014).

Palavras-chave: Gênero. Sexualidade. Educação Infantil.

GENDER AND SEXUALITY: a case study in a public school of Early Childhood Education in Rio Verde –GO

ABSTRACT

The present research aims to reflect on the lack of work with Sex Education in the Kindergarten curricula, which extends to all segments of education. We seek to know how is the continuing education of professionals and its application in works inside the classroom, what are the influences that the ideological and oppressive apparatus exert in the non-inclusion, since the curricula allow an opening for dialogue. The research proposal seeks to evidence that when themes such as gender, sexuality, diversity, and sex education are worked on since the early years, they lead the students to be able to identify abuses in the intrafamiliar and extrafamiliar environment, to know their bodies, daily hygienic acts, and to acquire more autonomy. To reflect on the pedagogical practice, we carried out a field research with teachers of Kindergarten, P1, P2 and P3, in a municipal school of Rio Verde- GO, in which we sought to understand the challenges that surround the work in the classroom. The purpose of choosing this theme was due to the perception that the theme is not present in any stage of basic education. Early Childhood Education is an age group in which learning is constant, so it would be of utmost importance to work on it from the very beginning. The methodological procedure is a field research that is justified when the answers to the questions are delivered, once we try to analyze and interpret them, seeking theoretical basis in books, articles, and thesis. For this discussion, we based ourselves on authors such as: Costa (2018), Candau (2011), Prado (2016), and Magalhaes (2014).

Keywords: Gender. Sexuality. Early Childhood Education.

1. INTRODUÇÃO

As palavras gênero e sexualidade estão presentes em nosso cotidiano por meio de diversos aspectos e contextos, falar sobre elas é compreender-se integralmente; e ainda assim, podemos notar o quanto é escasso o entendimento destas palavras para a sociedade. Essa desinformação é ocasionada pela influência dos aparelhos ideológicos, nos quais geram diferentes tabus que cercam este tema, bem como a falta de incentivo das políticas públicas em inserir nos currículos escolares temas que abordem as questões de gênero e sexualidade.

Todos esses conjuntos de fatores, contribuem muitas vezes, para situações inusitadas dentro de sala; dos docentes para com seus discentes; como questionamentos dos quais os docentes não conseguem esclarecer, o que desperta ainda mais a investigação das crianças, que vão além para descobrir. E nessa perspectiva de desinformação, mitos e preconceitos, crescem os números de abusos das diversas e variadas formas; gravidezes precoces, entre outros, como ocorrem frequentemente.

Os silenciamentos que promovemos nas escolas também contribuem para a homofobia, transfobia, sexismo e, conseqüentemente, para a expulsão/exclusão de qualquer sujeito que se distancie das normas de gênero e de sexualidade (NAPOLITANO; SILVA, 2018, p. 49).

Nos documentos legais que regem a educação, sendo eles a Constituição Federal 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 1996, Referencial Curricular para formação de professores da educação infantil 1997, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) 1997, Diretrizes de 2010, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 2018 e Currículos do Município de Rio Verde (Educação Infantil) 2021, podemos perceber que a abordagem do assunto é abordada de forma superficial, o que não contribui, de forma significativa para a verdadeira compreensão e concepção do gênero e da sexualidade. Conseqüentemente, nas escolas, especificamente na educação infantil, a educação sexual, é um fator que causa muito desconforto e há muita dificuldade por parte da equipe pedagógica na abordagem em sala de aula, seja por falta de qualificação por parte do docente ou pelo medo das reações que podem causar entre a instituição e a família pelos seus conceitos de gênero e sexualidade formados a partir de suas concepções pessoais, que descriminalizam e marginalizam essa abordagem em sala de aula, e segundo Filha (2018, p.202) “Estas formas de pensar negam a concepção de criança como sujeito ativo, criativo, estético e com capacidade de dialogar, construir hipóteses sobre o mundo, sobre si mesma, sobre seu corpo, sobre sua sexualidade”.

Os pânicos morais têm influência nas concepções sociais ao gerarem falsas notícias como mecanismos de manter a ordem social já vigente. Mediante a isso é importante ressaltar que o trabalho e a abordagem do assunto proporcionam uma conscientização, para prevenção dos possíveis abusos nos ambientes intrafamiliar e extrafamiliar.

Contudo, nota - se que a falta de conhecimento sobre a abordagem em questão e as políticas públicas implantadas refletem diretamente nos currículos, o que causa a não inserção das temáticas, e gera uma série de desinformações, que provocam o aumento frequentemente nos casos de abusos infantis. Portanto, esse estudo de caso realizado em uma escola de educação infantil da rede municipal, de Rio Verde - GO, no segundo semestre de 2022; foi por meio de uma entrevista, direcionada por questionários para professores, que teve como objetivo reconhecer as dificuldades e facilidades para a efetivação e a concepção de gênero e sexualidade a partir do

trabalho realizado pelos professores que atuam na escola, para que a abordagem em sala de aula aconteça, por meio da conscientização e precaução diante desses casos.

2. GÊNERO E SEXUALIDADE: ASPECTOS LEGAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Observa-se no cenário educacional a decorrência de diversos tabus como a relação do eu e o corpo, diversidade de gêneros, dogmas religiosos e sociais, que impossibilitam um diálogo de forma aberta com crianças e adolescentes quanto a seus corpos e sexualidade. Para a mudança desse cenário escolar o trabalho da educação sexual nas escolas possibilita que os jovens conheçam o seu corpo promovendo a orientação, proteção e prevenção.

A Constituição Federal do ano de 1988 no Capítulo III Seção I menciona em seu Artigo 205, “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988). A ideologia de uma educação sexual na escola é assegurada na Constituição quando explana que qualquer censura é vetada seja de pensamento, informação, criação, abrangendo também as áreas políticas, artísticas e ideológicas. Representando os deveres de assegurar a saúde, alimentação, educação e profissionalização como de prevenção aos abusos, violência, descriminalização e exploração. Com programas que auxiliam na preservação da saúde mental das crianças. Assegurando as crianças que sofreram qualquer tipo de abuso seja físico, psicológico e verbal que seus abusadores serão punidos.

Esses artigos e parágrafos quando respeitados podem possibilitar o trabalho da educação sexual em sala de aula sendo assim uma das formas de evitar abusos, gravidez precoce, doenças, possibilitando a promoção de ambientes em que o aluno possa perguntar, questionar suas dúvidas conhecendo o seu corpo. É reforçado a importância do conhecimento “O contato com o conhecimento é constante, quer seja este formal ou informal, e varia conforme cada espaço de socialização” (LEITE; FURLAN; MAIO, 2018, p.111).

As Instituições de ensino são onde as crianças passam a maior parte do dia recebendo orientações desde as disciplinas específicas a cidadania. O trabalho da

educação sexual deveria começar com orientação em casa vinda dos pais ou seus cuidadores legais e então seguir para a sala de aula como uma forma de expansão das orientações recebidas no lar, ensinando o respeito a diversidade de gênero, sexualidade e aos seus próprios limites do corpo e a prevenção aos abusos infantis.

Segundo a Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (LDB) de 9394/1996 Capítulo II Seção I Artigo 26 inciso 9:

Conteúdos relativos aos direitos humanos e à prevenção de todas as formas de violência contra a criança, o adolescente e a mulher serão incluídos, como temas transversais, nos currículos de que trata o caput deste artigo, observadas as diretrizes da legislação correspondente e a produção e distribuição de material didático adequado a cada nível de ensino (BRASIL, 1996). Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB. 9394/1996).

Esses assuntos abordariam a educação sexual como forma de conhecimento e combate aos índices de violência, considerando e observando a adequação a cada nível de ensino com profissionais capacitados para falar da temática.

Esses temas precisam serem abordados desde a educação infantil na primeira etapa da educação básica, onde a criança inicia a sua formação para viver em sociedade, tendo por finalidade o desenvolvimento integro em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, uma vez que a escola abordaria temas que seriam uma extensão dos processos formativos que são desenvolvidos em família e sociedade.

Napolitano, Silva e Queiroz (2018, p. 49) “O silenciamento que a escola promove contribuem diretamente para a transfobia, homofobia, sexismo, assim causando a expulsão dos indivíduos que não seguem os padrões sociais.”

Podemos afirmar que desde os primórdios da concepção de uma educação pensada para crianças, elas são vistas como seres ingênuas, puras e dependentes de uma figura que proporcionem a elas seu desenvolvimentos íntegro. Porém, a concepção da criança vem mudando ao longo da décadas decorrentes do estudos feitos nesse campo, hoje temos ela de forma homogênia que diz respeito a sociedade e a época que está inserida. Observa-se que Referencial Curricular Nacional Para a Educação Infantil Brasil de 1988:

O movimento é uma importante dimensão do desenvolvimento e da cultura humana. As crianças se movimentam desde que nascem, adquirindo cada vez maior controle sobre o próprio corpo e se apropriando cada vez mais das possibilidades de interação com o mundo (BRASIL, 1988, p. 15).

Ocorre uma preocupação em relação com o corpo e o mundo na desenvoltura pueril, por meio disso acontece o desenvolvimento de sua cultura humana, pelo corpo com os sentidos ela explora e conhece o mundo que a cerca. Os cuidados disponibilizados nas instituições de ensino são voltados para as necessidades da criança.

Quanto menor a criança, mais ela precisa de adultos que interpretem o significado de seus movimentos e expressões, auxiliando-a na satisfação de suas necessidades. À medida que a criança cresce, o desenvolvimento de novas capacidades possibilita que ela atue de maneira cada vez mais independente sobre o mundo à sua volta, ganhando maior autonomia em relação aos adultos (BRASIL,1998, p.18).

Quanto a suas fases de desenvolvimento, a criança adquire novas capacidades que promovem a sua independência e autonomia, ajudando em suas percepções do que cerca sua volta. O trabalho com crianças exige que o professor tenha uma atenção aos reais movimentos, gestos e ações expressiva, momento esse, que pode ser trabalhada a decodificação por meio da roda de conversa e momentos que são realizados trabalhos com a literatura infantil, que contribui para o desenvolvimento e aprimoramento das capacidades comunicativas.

Entretanto, a promoção do conhecimento do corpo e da sua relação com o mundo vem cada vez mais sendo desconstruído e reconstruído com o tempo, o pedagogo pode indentificar possíveis abusos sofridos por crianças, uma vez que o mesmo disponha do conhecimento do tema para abordá-lo em sala, a criança é aquilo que as influências do mundo social e natural exercem sobre ela, por meio disso eles começam a descobrir e investigar questões relacionadas ao corpo humano que diz respeito ao modelo de sociedade em que está inserido. Questão essa que traz uma dualidade de conflitos de uma sociedade que ainda não resolveu as grandes desigualdades sociais que se fazem presente em seu cotidiano.

Abordados de forma que possam interserir seu trabalho em sala os Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental de 1997 voltados para Ciências Naturais e Orientação Sexual, apresentam possibilidades de um trabalho em sala sobre a temática mencionada. Ciências Naturais em seu sumário coloca o ser humano e saúde em um de seus capítulos voltado para a sua abordagem nos primeiros ciclos dos anos iniciais do ensino fundamental.

Enfocando-se as principais características - relativas ao corpo, aos comportamentos e às atitudes - nas diferentes fases da vida. Com atenção especial, estudam-se as condições essenciais à manutenção da saúde da criança, medidas de prevenção às doenças infecto-contagiosas, particularmente a AIDS, aspectos também tratados nos documentos de Orientação Sexual e de Saúde (BRASIL, 1997, p. 50).

Apenas na disciplina de ciências é apresentado o trabalho dos órgãos reprodutores de forma superficial em sua anatomia e fisiologia. O receio e a falta de informações dos profissionais nessas aulas muitas vezes não possibilitam que os campos de experiência sejam aproveitados para um trabalho mais amplo mediante as apresentações feitas, e os alunos também sentem vergonha de perguntar sobre suas dúvidas pela falta de conhecimento sobre seu próprio corpo. A postura do profissional durante esses assuntos deve ser incentivar os alunos a valorizar suas diferenças individuais, trabalhando em um clima de cooperação e solidariedade, gerando desta forma um ambiente seguro em que o aluno se sinta acolhido.

Em sua divisão a parte voltada para Orientação Sexual coloca que

A sexualidade é primeiramente abordada no espaço privado, pelas relações familiares. Assim, de forma explícita ou implícita, são transmitidos os valores que cada família adota como seus e espera que as crianças assumam. De forma diferente, cabe à escola abordar os diversos pontos de vista, valores e crenças existentes na sociedade para auxiliar o aluno a encontrar um ponto de auto-referência por meio da reflexão. Nesse sentido, o trabalho realizado pela escola, denominado aqui de Orientação Sexual, não substitui nem concorre com a função da família, mas antes a complementa (BRASIL, 1997, p. 83).

Sendo a parte da escola abordar os diferentes pontos de vista. Não tendo a visão de uma concorrente da família, mas sim uma consolidação do que foi implementado e enriquecido em sala com profissionais qualificados. Adequados a cada faixa etária, abordados por meio de temas geradores com assuntos relacionados a sexualidade, gênero, consumo, mídia, saúde, entre outros, no ambiente das instituições de ensino. “O trabalho de Orientação Sexual na escola é entendido como problematizar, levantar questionamentos e ampliar o leque de conhecimentos e de opções para que o aluno, ele próprio, escolha seu caminho” (BRASIL, 1997, p. 51). O assunto é apropriado ao ambiente escolar com as adequações necessárias, respeitando as individualidades de cada criança.

As Diretrizes Curriculares Nacionais Para Educação Infantil de 2010 em suas concepções pedagógicas propostas em tópicos que são uma parceria de trabalho

entre escola e família, complementando o cuidado. Tendo uma ampliação para o conhecimento das diferentes naturezas.

Assumindo a responsabilidade de compartilhar e complementar a educação e cuidado das crianças com as famílias;
Possibilitando tanto a convivência entre crianças e entre adultos e crianças quanto à ampliação de saberes e conhecimentos de diferentes naturezas;
Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação etária, socioeconômica, étnico racial, de gênero, regional, linguística e religiosa (Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil (Secretaria de Educação Básica. Brasília: MEC, SEB, 2010).

Uma vez que a escola é um complemento do seio familiar onde a criança passa grande parte da sua vida e tempo, as possibilidades de desenvolvimento em que gênero, sexualidade e identidade promoveria a capacidade de sentir e entender o corpo em suas manifestações e interação com o mundo e as pessoas. Assuntos estes que podem ser desenvolvidos desde a educação infantil com a finalidade da evolução do socó emocional mediante a uma efetivação oportunizando um ambiente seguro.

Em seu processo de formação as crianças são consideradas como sujeitos ativos que buscam conhecer o mundo por meio da exploração, ambientas em determinado espaço sujeitas a interferências culturais e históricas que causam influências em sua formação. A Base Nacional Comum Curricular (2018) coloca em pauta “Nessas relações, elas exercem seu protagonismo e, assim, desenvolvem sua autonomia - fundamentos importantes para um trabalho pedagógico que respeita suas potências e singularidades” (BRASIL, 2018, p. 6). Traz uma abordagem no campo de experiência ‘O eu, o outro e o nós’. Afirmando que é preciso:

(EI02EO01) Demonstrar atitudes de cuidado e solidariedade na interação com crianças e adultos “(BRASIL, 2018, p.45)

(EI03EO07) Usar estratégias pautadas no respeito mútuo para lidar com conflitos nas interações com crianças e adultos. (BRASIL, 2018, p.46)

(EI02EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender. (BRASIL, 2018, p.45)

Dessa forma, compreendemos que o mesmo aborda a importância do contato da criança e do adulto em suas relações com o mundo que a cerca para formação do seu modo de agir, sentir e pensar, e por meio disso vão criando laços sociais, o cuidado com o outro e com eles mesmo por meio da autonomia. Já o campo de

experiência 'Corpo, gestos e movimentos' deixa explícito em seus objetivos que serão trabalhados com as crianças objetivos de aprendizagem para:

(EI01CG01) Movimentar as partes do corpo para exprimir corporalmente emoções, necessidades e desejos. (BRASIL, 2018, p.47)

(EI02CG04) Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo. (BRASIL, 2018, p.47)

O campo de experiência mencionado acima, traz em sua abordagem um trabalho voltado mais especificamente para o corpo, uma que o trabalho fica voltado para que as crianças possam se expressar e relacionar com o mundo que os cercam, por meio disso elas exploram e conhecem o mundo e a si mesma, reconhecendo os limites, desejos, e autonomia nos cuidados, e a compreensão do corpo como uma ferramenta de linguagem de expressão que podem auxiliá-las em seu cotidiano.

O mesmo, reforça também a interação com outras pessoas, sendo para o desenvolvimento das interações de socialização, quando conhecedora dos diferentes tipos de contextos sociais trabalhados em sala desde a infância, ela está sendo formada para o reconhecimento de possíveis casos de abusos, sabendo diferenciar uma interação saudável sem prejuízos físicos e psicológicos. “As interações com pessoas (seus pares e com adultos) e objetivos em diferentes contextos e situações, que favorecem a ampliação do repertório cultural das crianças, potencializando as aprendizagens e o desenvolvimento” (BRASIL, 2018, p. 7).

O professor com a formação adequada para a abordagem de gênero e sexualidade seria apto para lecionar uma aula com direcionamentos voltados para a introdução da temática. Quando esta introdução for consolidada, seu aprofundamento aconteceria respeitando a limitações e faixa etária de cada criança. “É trabalho do professor refletir, selecionar, organizar, planejar, medir e monitorar as práticas e interações que vão promover o aprendizado e desenvolvimento das crianças” (BRASIL, 2018, p. 11).

A Matriz Curricular do Município de Rio Verde (2021), traz em sua abordagem um cuidado voltado com a criança e suas formas de expressão no mundo que as rodeiam, os campos de experiências 'O Eu, o Outro e O nós', aborda as imagens positivas do corpo e o conhecimento do mesmo, percebendo situações que possa ser colocada em risco sua segurança física nas interações do cotidiano, de forma que possa garantir sua a segurança e integridade. Saber identificar suas necessidades

físicas e autocuidado de si próprio e dos outros, conhecer situações de higiene pessoal que promovam a conscientização e a prevenção de doenças.

- (EI02EO04) Comunicar-se com os colegas e os adultos, buscando compreendê-los e fazendo-se compreender. (Rio Verde, 2021, p.32)
 (GO-EI02EO08) Conhecer as possibilidades e limites de seu corpo, percebendo situações que coloquem em risco sua segurança física nas interações cotidianas. (Rio Verde, 2021, p.32)
 (GO-EI03EO09) Realizar ações de cuidado pessoal, de forma autônoma, identificando suas necessidades pessoais e a dos colegas, desenvolvendo ações que promovam o seu bem-estar e o dos outros. (Rio Verde, 2021, p.33)
 (RV-EI03EO08) Vivenciar situações de higiene pessoal, como lavar as mãos (horário de lanche, banheiro), bem como o uso individual de corpo como prevenção de doenças (Rio Verde, 2021, p.33).

O campo de experiência, 'Corpo, Gestos e Movimentos' menciona o que a criança precisa conhecer sobre o esquema corporal, nomear e conhecer as partes do corpo, adquirindo a capacidade de movimentá-lo, bem como cuidado e promoção do seu bem-estar, independência e autonomia dos cuidados com corpo.

- (EI01CG01) Movimentar as partes do corpo para exprimir do corporalmente emoções, necessidades e desejos. (Rio Verde, 2021, p.36)
 (EI01CG04) Participar do cuidado do seu corpo e da promoção do seu bem-estar. (Rio Verde, 2021, p.37)
 (EI02CG04) Demonstrar progressiva independência no cuidado do seu corpo. (Rio Verde, 2021, p.37)
 (RV-EI03CG04) Conhecer as partes do corpo nos momentos de banho, troca de fraldas, nas cantigas e músicas. (Rio Verde, 2021, p.38)
 (GO-EI02CG10) Conhecer as funções do corpo, identificando e nomeando suas partes, por meio da exploração de vídeos, histórias, textos informativos, esqueletos, etc. (Rio Verde, 2021, p.38)
 (RV-EI03CG04) Brincar de faz de conta nomeando as partes do corpo e as funções de cada uma. (Rio Verde, 2021, p.38)

Essas situações podem ser trabalhadas na hora do banho, por meio de histórias, vídeos, textos informativos, esqueletos entre outros. Deveria ser apresentado desde os anos iniciais para uma melhor promoção e contato, para que consigam identificar sua estrutura corporal e seus limites entre o que é seguro e que traz riscos a sua segurança e integridade física, psicológica e moral.

Mediante a análise do currículos e documentos nota-se que nenhum deles tratam de forma explícita o tema gênero e sexualidade voltados para o trabalho da educação sexual em sala, nas instituições de Educação Infantil. As possíveis interpretações citadas podem abranger uma abertura para o seu trabalho de forma a impulsionar o conhecimento sobre o corpo e a prevenção dos casos de abusos. A

formação inicial e continuada dos docentes não tem em suas disciplinas a qualificação para o trabalho das questões analisadas.

2.1 Gênero e sexualidade

O termo gênero na sociedade contemporânea surge em meio ao contexto de debates, ligados a vertentes tradicionais que sugerem um binarismo delimitado em meio as vertentes ampliam as noções buscando que as delimitações não se fixem. Apesar das discussões sobre o tema seu conceito começa a ser discutido há pouco tempo.

A preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no fim do século XX. Ela está ausente das principais abordagens de teoria social formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX. De fato, algumas destas teorias construíram sua lógica a partir das analogias com a oposição entre masculino/feminino, outras reconheceram uma 'questão feminina', outras ainda se preocuparam com a formulação da identidade sexual subjetiva, mas o gênero, como uma forma de falar sobre sistemas de relações sociais ou sexuais não tinha aparecido (SCOTT, 1995, p. 85).

Ao longo do tempo as pessoas usaram delimitações e significações de forma errônea ao definir gênero. Ao longo das décadas as relações de poder e estruturação da sociedade eram uma das formas de análise para definição. A figura masculina por sua vez foi associada ao longo do período da história da humanidade como másculo provedor do lar, enquanto a mulher cuidava do lar e dos filhos sem uma interferência nas estruturas sociais. Scott (1995, p. 72) atribui as diferentes significações:

Explícita, porque o uso gramatical envolve regras formais que resultam da atribuição do masculino ou do feminino; plena de possibilidades não-examinadas, porque em muitas línguas indo-européias há uma terceira categoria - o sem sexo ou o neutro. Na gramática, o gênero é compreendido como uma forma de classificar fenômenos, um sistema socialmente consensual de distinções e não uma descrição objetiva de traços inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias que torna possíveis distinções ou agrupamentos separados.

A palavra gênero em sua síntese indica uma exclusão as normativas que fogem à regra e levam em conta o determinismo biológico que por sua vez perpétua na estrutura de uma sociedade que segue reproduzindo padrões tradicionais ligados ao patriarcado, desconsiderando os estudos feministas que envolvem a temática.

“Nosso objetivo é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la” (SCOTT, 1995, p. 72). O termo gênero algumas das vezes é associado a definição dos aparelhos ideológicos, ligados a construções sociais com delimitações dos papéis masculinos e femininos na sociedade. O pânico moral é um dos instrumentos para a manutenção, sendo um dos empecilhos para o trabalho de gênero na escola.

Atribuem em seus discursos que isso é papel da família que a escola é um ambiente neutro e que em sala seria atribuído ao trabalho de sexos, utilizando assim disso como verdades e as espalhando. Essas interpretações delimitam e limitam o conceito de gênero ao ambiente intrafamiliar que segue os padrões da experiência doméstica não tendo espaço para outros sistemas fora da família que podem abordar esse assunto com propriedade e segurança sem tabus que cercam (SCOTT, 1995).

As razões para que esses estudos não alcancem a sociedade ainda é um dos fatores que subjagam as relações de poder que delimitam muitos papéis sociais, sendo a família a tratar da temática, em muitos casos isso não acontece. “No caso do gênero, seu uso implicou uma ampla gama tanto de posições teóricas quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos” (SCOTT, 1995, p. 73).

Ao descrever as possibilidades de sexualidade ainda não se pode dizer que aconteceu um consenso quanto a sua linguagem para definição ressaltando linhas de pensamentos divergentes que tendem a uma exclusão de pessoas e a generalização do conceito. Não é um discurso particular individualista de cada cultura, esse individualismo é próprio de cada pessoa com a sua linguagem, podendo sofrer influências culturais. “Sexuar-se do lado homem ou do lado mulher diz respeito à relação do sujeito com a linguagem, ou melhor, com as demandas lógicas do discurso” (PORCHAT, 2015, p. 38).

A crítica as noções binárias que delimitam o pensamento de enquadrar corpos em apenas dois vieses de um padrão, exclui os diferentes corpos. As representações abjetas são o que não vemos, o que não exercemos, aqueles excluídos da sociedade sem representação para uma possível identificação daquelas que possuem corpos abjetos (PORCHAT, 2015).

O que leva a uma reflexão sobre a maneira tradicional sobre como pensamos em nosso corpos, gênero e sexualidade ligados a normativas de uma sociedade que

estabelece padrões de reconhecimento sem as diversidades ligadas diretamente a influência que arquétipos exercem em sua comunidade.

[...] o discurso hegemônico e seus furos, seja através dos sinais e significantes enigmáticos que emanam do nosso corpo, mas que aí foram “implantados” pelos outros, nosso fazer, nossa agência, nosso gênero, nossas ações corporais, nossa sexualidade, produzem o novo e nos surpreendem. Entender que o outro nos habita não apenas como abjeto a ser expulso, mas como enigma que nos constitui, isso deveria nos fazer solidários (PORCHAT, 2015, p. 50).

“Nesse sentido podemos concluir que, o que o corpo pode fazer, antes de mais nada, é viver. Mas para isso depende dos outros seres humanos” (PORCHAT, 2015, p. 43). A Sexualidade está estritamente ligada a debates que vão desde uma linguagem obsoleta que perpetua no contemporâneo, mistificando e trazendo tabus que impedem que um trabalho com troca de informações que ajudassem as crianças não aconteça, ligados a paradigmas de um mundo social onde as impressões, observações são produzidas sem um direcionamento e um discurso aberto a diferentes opiniões.

3. METODOLOGIA

Essa pesquisa teórica e exploratória, foi realizada com um determinado grupo de professores que atuam na Educação Infantil, os quais apontaram suas visões quanto ao trabalho ou abordagem de gênero e sexualidade, levando em consideração todos os fatores que até o momento contribuíram para a não inclusão desta abordagem nos currículos. Por meio de uma pesquisa campo, iremos revisar todos os documentos que regem a educação sendo eles a Constituição Federal 1988, Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) 1996, Referencial Curricular para formação de professores da educação infantil 1997, Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) 1997, Diretrizes de 2010, Base Nacional Comum Curricular (BNCC) 2018 e Currículos do Município de Rio Verde (Educação Infantil) 2021, para que possamos compreender os processos que a educação sofreu ao longo dos anos.

Após a análise dos documentos e a descoberta se há ou não abertura para trabalhar a temática proposta em nossa pesquisa, iniciamos a pesquisa-campo. “Por exemplo, se pretendemos conhecer a fonte comum da qual surgiram os diversos

objetos da natureza, devemos procurar na própria natureza” (GAMBOA, 2013, p. 59).
Mediante uma pesquisa qualitativa baseando-se em Gamboa (2003, p. 397)

A pesquisa se justifica quando as respostas sobre os problemas não estão dadas ou quando as respostas obtidas pelo pesquisador ou oferecidas pelos saberes acumulados na literatura científico-filosófica, ou pro pesquisas anteriores não são satisfatórias nem são suficientes para esclarecer ou diagnosticar à problemática abordada.

Coletamos dados, por meio de uma entrevista, direcionada a professores; por estes atuarem diretamente com a educação na faixa etária pesquisada. Todos esses docentes são atuantes da rede municipal de Rio Verde - Goiás.

O questionário foi composto por perguntas subjetivas, com oito questões para responder, estas questões foram elaboradas pelas pesquisadoras, para que deste modo pudéssemos responder o problema de pesquisa no qual foi a não inserção de gênero e sexualidade no currículo da Educação Infantil; quais as visões deles quanto aos tabus frente a realidade do mundo que vivemos; os benefícios de abordar esse assunto nas instituições escolares, a formação dos profissionais para à abordagem dessa temática, buscando desenvolver estratégias que auxiliem os pedagogos na prática em sala . Em outro momento analisamos as respostas, e compreendemos como essa pesquisa contribuirá de forma enriquecedora, para os profissionais que atuam na Educação Infantil.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Após expor de forma explícita toda contribuição e amplitude da abordagem dos temas Gênero e Sexualidade e suas inclusões nos currículos desde a educação infantil, explanando toda a importância de suas compreensões e os impactos destes temas na educação.

Dessa forma, realizamos a pesquisa campo proposta em uma escola de Educação Infantil da rede municipal, na cidade de Rio Verde-Goiás, com perguntas subjetivas, disponibilizadas por meio de questionários impressos, que foram entregues a três professoras que atuam na educação infantil, a fim de investigar por meio de um olhar pedagógico como é visto, as formações de pensamento, as inseguranças e as abordagens em sala. Como obtivemos as respostas de todas as

professoras, elas serão identificadas por meio de nomes fictícios¹ a seguir como: P1, P2 e P3. Questionada sobre o que entende por gênero e sexualidade? As três professoras pesquisadas nos forneceram as seguintes respostas: “Gênero é o conjunto de características sociais e culturais ligadas a percepção de masculino e feminino. Sexualidade é a forma como o indivíduo se vê, se caracteriza e se expressa, seja ele homem ou mulher.” (P1, 2022, p.02). “Gênero é o feminino e masculino. Sexualidade é o que já nascemos.” (P2, 2022, p.02). “São grupos de pessoas que possuem ideias e características em comum, já a sexualidade deve ser pautada no respeito a escolha de cada um.” (P3, 2022, p.02). Para Candau (2003), somos ligados a uma cultura da discriminação em que não conseguimos nos desvincular, e na qual todas as nossas percepções de pessoas estão associadas a pensamentos construídos socialmente, e esses pensamentos nos faz seres preconceituosos ao não reconhecer aqueles que não se incluem aos padrões politicamente corretos.

“Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, ‘gênero’ tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens” (SCOTT, 1995, p.75).

De acordo com o que está explícito no currículo de conteúdos da rede municipal de ensino, você enquanto pedagoga observa oportunidades de trabalhar os temas citados acima ‘Gênero e Sexualidade’, na instituição de ensino que você atua enquanto professora? Justifique sua resposta.

Eu trabalho os conteúdos propostos sobre o corpo humano e suas partes. Gênero e sexualidade é responsabilidade da família.” (P1,2022, p.02).

Não, ainda não me sinto uma pedagoga capacitada para desenvolver esse tema. (P2, 2022, p.02).

Trabalho baseado em atitudes de respeito e aceitar a respeitar as escolhas e o jeito de cada um. (P3, 2022, p.02).

Aqui o problema que surge muitas vezes é a negação da família sobre o assunto, e assim, para Melo e Ribeiro (2018, p.233) “O assunto negado nas famílias, nas escolas, nas igrejas é vivido e compartilhado de modo espontâneo entre as crianças quando não são tolhidas”, ou seja, quando as dúvidas da criança não são sanadas, ela procurará meios dos quais ela conseguirá de forma positiva ou não o

¹ Utilizado para preservar a identidade das professoras. (Dicionário Aurélio, 2015).

entendimento. Você acredita que a família e sociedade exerce influência sobre a não inserção da educação sexual nos currículos de conteúdo? Justifique sua resposta.

Eu não acredito nessa influência. O currículo vem pronto de MEC (P1, 2022, p.02).

Sim, cabe a família exercer o ensino da educação sexual (P2, 2022, p.02).

Com certeza a família tem influência, pois deixamos de adentrar certos conteúdos, para não criar polêmicas e discussões com a família. Então trabalhamos com o valor e respeito (P3, 2022, p.02).

É nítido que a influência existe, o que dificulta ainda mais o trabalho de temas tão importantes, para Ferreira e Ribeiro (2018, p.62) “A família, a Igreja, a mídia, a sociedade e a escola, através de seus discursos e de suas práticas, trabalham na produção dos corpos, influenciando na forma como o ser humano deve ser, e como este deve se reconhecer como pessoa.” Quanto ao currículo vir pronto do MEC, não anula a autonomia do professor em discorrer sobre o assunto quando há necessidade ou quando conseguir abordá-las, por meio de aulas interdisciplinares.

Em 1995, o Mec implantou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) que possuem um conjunto de temas – Ética, Meio ambiente, Pluralidade Cultural, Saúde e Orientação Sexual – que recebem título de Temas Transversais para o Ensino Fundamental. (RIBEIRO, 2013, p.13)

Como pedagoga você sente-se com formação suficiente para abordar o tema ‘Gênero e Sexualidade’ em sala? Justifique sua resposta. “Não me sinto à vontade para falar sobre o assunto” (P1, 2022, p.03). “Não, a formação em pedagogia não me capacitou para tamanho desafio em abordar e discutir temas que causam muita polêmica pelo mundo.” (P2, 2022, p.03). “Não. Tema polêmico e muito individual, preferível não abordar.” (P3, 2022, p.03).

Esse desconforto em falar sobre as temáticas é causado por pensamentos formados a partir dos valores, das crenças que foram passados de gerações para gerações, quase nunca confrontados e então norteiam a grande maioria da população, como afirma Napolitano e Silva (2018, p.52):

São normatizações fortes e enraizadas no pensamento, gesto e comportamento, e, ao serem confrontadas, provocam desconforto e sofrimento para algumas pessoas. [...] somos constituídos/as por atravessamentos dogmáticos e religiosos que produzem nossas concepções e modos de ver e apropriar do sexo, da sexualidade e do gênero, desde os tempos coloniais.

Para você enquanto docente o que seria o trabalho com a educação sexual em sala de aula de acordo com o currículo da rede municipal de ensino. Justifique sua resposta? “Trabalho a estrutura do corpo humano, os principais sistemas e o seu funcionamento” (P1, 2022, p.03). “Seria introduzido nos valores, com o tema respeito. Respeitar as pessoas como elas são, desde que elas também te respeitem.” (P2, 2022, p.03). “Básico do básico, nomear as partes íntimas e explicar que não podem ser tocadas. E sempre falar a verdade se algo de ruim acontecer” (P3, 2022, p.03). Gênero e sexualidade vão além dessas concepções reducionistas, para Arnt e Júnior (2018, p. 102):

Abordar sobre o corpo, é mais do que ter um conhecimento biológico e estético; discutir gênero é mais do que caracterizar homem e mulher; discutir sexualidade é mais do que que questionar definições biológicas simplistas e enraizadas.

O município de Rio Verde - GO oferta formações continuadas para o desenvolvimento e trabalho da temática de gênero e sexualidade nas aulas? “Não.” (P1, 2022, p.03). “Não é do meu conhecimento nenhuma formação para o desenvolvimento do assunto gênero e sexualidade.” (P2, 2022, p.03). “Não, nunca tivemos cursos sobre.” (P3, 2022, p.03).

Atualmente em sala de aula é realizado algum trabalho que traz abertura para ser abordado o tema gênero e sexualidade? Justifique sua resposta. “Não.” (P1, 2022, p.03). “Não, no momento nenhum profissional que tenha formação e capacitação no assunto não veio abordar o tema na comunidade escolar.” (P2, 2022, p.03). “Não, no máximo o valor, respeito e aceitar as diferenças de cada um.” (P3, 2022, p.03).

Assim, sabendo que por meio de aulas interdisciplinares essas abordagens das temáticas podem acontecer, é interessante que os professores procurem meios claros e momentos adequados para trabalharem e possivelmente, desconstruir alguns preconceitos criados e repassados com o passar do tempo.

5. CONCLUSÃO

Compreendendo a importância da inclusão de gênero e sexualidade nos currículos escolares desde a educação infantil, uma vez que, a abordagem de forma correta e adaptada a cada faixa etária, permitem as crianças a formação do eu, do seu corpo de forma mais crítica e reflexiva, com pensamentos mais amplos que os possibilitem as tomadas de decisões sobre si perante o meio.

Observamos que há uma grande falha na formação de professores, o que causa um certo desconforto ao terem que abordar ou ao mencionar uma possível abordagem desses assuntos em sala de aula, por isso, entende-se que os cursos de formação também devem incluir em suas grades horárias, formação continuada quanto à gênero e sexualidade, assim o professor conseguirá didaticamente discorrer sobre o assunto, sanando as possíveis dúvidas que surgirem de forma positiva. A formação continuada também pode contribuir para que o professor se desconstrua de seus pensamentos dogmáticos e consiga entender o real significado e importância de gênero e sexualidade e trabalhá-los de forma correta nas escolas.

Outro ponto com grande ênfase durante a pesquisa foram os aparelhos ideológicos e suas influências diretamente ligadas a construção do eu, que ocasionam muitas vezes os pânico morais. Funcionando como uma manutenção social daquilo que pode ou não ser falado para as crianças.

Podemos notar que essas formações de pensamentos que foram passadas durante anos por gerações não nos fazem seres reflexivos e críticos sobre quem somos e sobre nossos corpos, ao contrário, elas nos levam a seguir o padrão normatizador, por medo e para que não sejamos oprimidos e excluídos da sociedade.

Todos esses pensamentos formados pela grande maioria ocasiona a exclusão da minoria que não se 'encaixam' nos padrões heteronormativos. Essa minoria muitas vezes é referenciada com insultos gerados pelos preconceitos formados por falta de compreensão. Podemos perceber que a sociedade tem muito a desconstruir e muito o que aprender. Quando falamos em desconstrução, falamos de todos os pensamentos formados sobre nossos corpos.

Desta forma, sendo um dever do estado e da família, não há o porquê de não se trabalhar as temáticas citadas em sala de aula, essas discussões em prol do conhecimento e da prevenção deveriam ser realizadas em união, objetivando todos os aspectos e benefícios que uma aula sobre educação sexual poderá garantir para as crianças.

REFERÊNCIAS

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acessado em 03 abr. 2022.

_____. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Presidência da República - Casa Civil - Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acessado em 03 abr. 2022.

_____. Ministério da Educação - (1998). **Referencial Curricular Nacional Para A Educação Infantil: Conhecimento de Mundo.** Brasília, MEC. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/volume3.pdf>>. Acessado em 03 abr. 2022.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** primeiro e segundo: Orientação Sexual. Brasília: MECSEF, 1998. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/pcn/orientacao.pdf>>. Acessado em 03 abr. 2022.

_____. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** primeiro e segundo: Ciências Naturais. Brasília: MECSEF, 1998. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro04.pdf>>. Acessado em 03 abr. 2022.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica Brasília: MEC, SEB, 2010. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf>. Acessado em 03 abr. 2022.

_____. Ministério da Educação, (2018). **Parâmetros Nacionais de Qualidade da Educação Infantil.** Brasília, MEC/SEF. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Educinf/eduinfparqualvol1.pdf>>. Acessado em 03 abr. 2022.

_____. Prefeito De Rio Verde - Secretário Municipal De Educação - Superintendente Pedagógica Da Secretaria Municipal De Educação - Coordenadoria da Educação Infantil. **Currículo De Referência Da Rede Municipal De Rio Verde – Go Educação Infantil E Ensino Fundamental.** Disponível em: <<file:///C:/Users/Joseph/Downloads/Curri%CC%81culo%20de%20Refere%CC%82ncia%20da%20Rede%20Municipal%20de%20Rio%20Verde-GO%20-%20Copia.pdf>>. Acessado em 03 abr. 2022.

CANDAU, Vera Maria. **Diferenças Culturais, Cotidiano Escolar e Práticas Pedagógicas.** Currículo sem Fronteiras, Rio de Janeiro, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011.

MAGALHÃES , Joanalira Corpes ;RIBEIROPaula Regina Costa (org). **Educação para a Sexualidade.** Rio Grande: Editora da furg,

MOREIRA, Antonia Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Educação escolar e cultura (s): construindo caminhos. **Revista Brasileira de Educação**, ,n.23, p. 156-168, maio/jun/jul/ago. 2003.

PRADO, Vagner Matias; RIBEIRO, Arilda Ines Miranda. Escola, Homossexualidade e Homofobia: Experiências na Educação Física Escolar. **Revista Reflexão e Ação**,

Santa Catarina, v. 24,n.1, p.97-114, Jan/ Abr. 2016. Disponível em:
<http://online.unisc.br/seer/index.php/reflex/index>. Acesso em: 10 de out de 2022.

RIBEIRO, Paula Regina Costa (org). **Corpo, gêneros e sexualidades: questões possíveis para o currículo escolar**. Rio Grande: Editora da Furg, 2013.

_____; MAGALHÃES, Joanalira Corpes (org).
Interlocuções sobre gêneros e sexualidades na educação. Rio Grande: Editora da Furg, 2018.

SÁNCHEZ GAMBOA, S. **Pesquisa Qualitativa: superando tecnicismos e falsos dualismos**. Itajaí, 2003.

_____. **Pesquisa Educacional: quantidade qualidade**. 5.ed. São Paulo: Cortez, 2022.